

MEC inova e amplia cooperação internacional

Parcerias e programa de financiamento de bolsas aumentam chances de intercâmbio

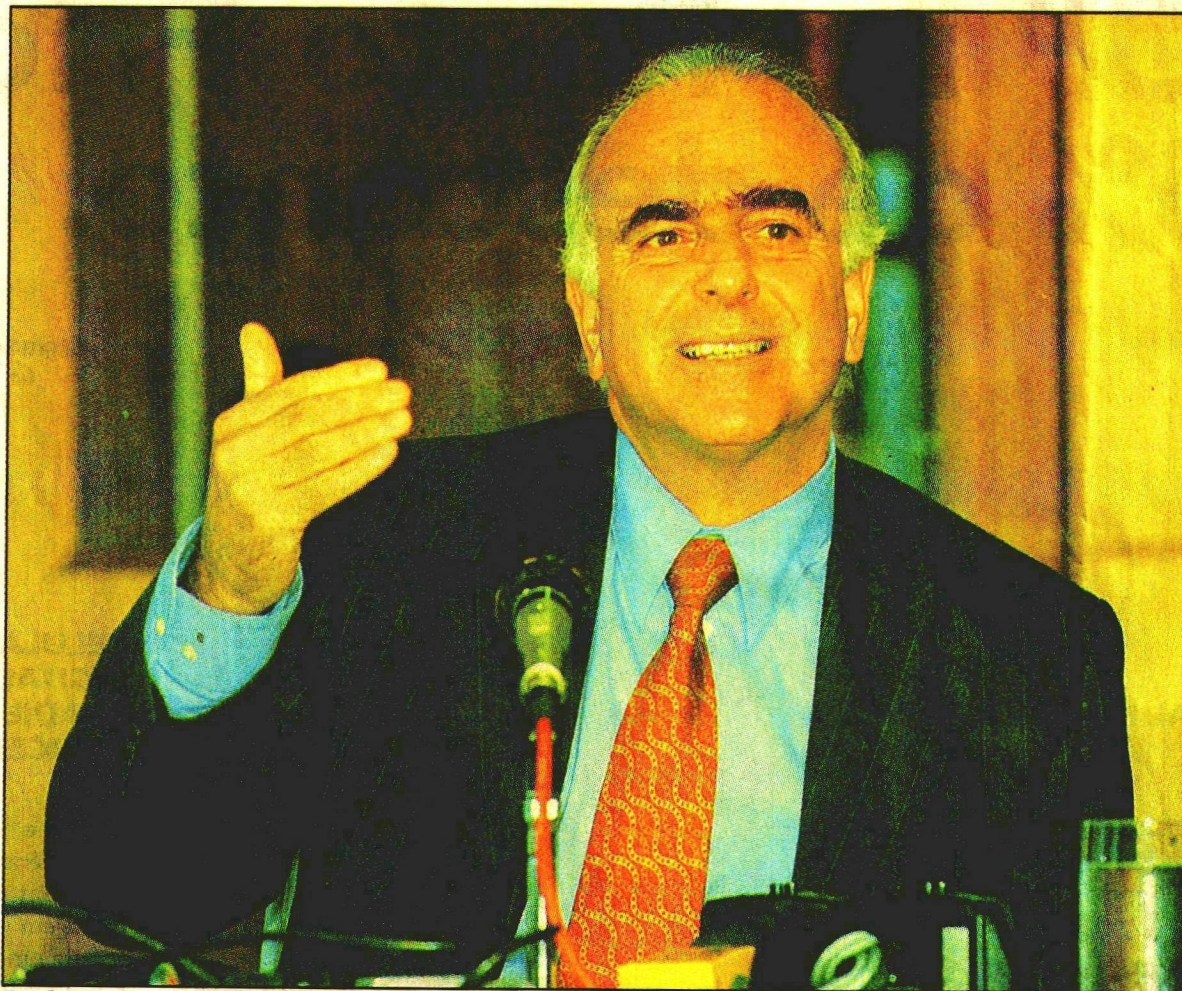
SIMONE BIEHLER MATEOS

Três inovações básicas do Ministério da Educação (MEC) vêm revolucionando, nos últimos anos, o conceito de cooperação internacional na área educacional brasileira. Do lado da pesquisa, a prioridade hoje está voltada para parcerias entre instituições que investigam temas afins, deixando em segundo plano projetos individuais de pesquisa. Para financiar esse intercâmbio, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) criou um programa específico de financiamento e concessão de bolsas. Na graduação, essa agência passou a conceder bolsas-sanduíche (nas quais o estudante passa apenas um dos anos do curso no exterior), antes privilégio dos alunos de pós-graduação. Por último, o Brasil vem procurando participar ativamente de todas as instâncias internacionais voltadas ao intercâmbio de experiências e à produção de indicadores na área educacional.

"Estamos fazendo, também, um esforço para colocar a questão educacional na agenda de cooperação bilateral do Brasil com outros países", disse o ministro da Educação, Paulo Renato Souza. "Queremos debater com eles sobretudo temas que consideramos prioritários, como avaliação, uso de novas tecnologias e formação de professores."

Na área de pesquisa, a mudança do enfoque da cooperação internacional foi essencial para que as instituições passassem a colher frutos mais duradouros do intercâmbio. Até há poucos anos, quase todo o intercâmbio na área de pós-graduação se dava por meio da concessão de bolsas a pesquisadores que tinham projetos individuais aprovados pela Capes. Com a prioridade dada à cooperação em torno de temas de pesquisa, cresceu o retorno institucional.

"Os projetos vinculam grupos qualificados a temas de interesse comum, contemplando a formação de pesquisadores e a qualificação de docentes, sobretudo doutores, que já têm vínculos estáveis com uma instituição", explica Abílio Baeta Neves, presidente da Capes e secretário de Educação Superior do MEC. Dessa forma, o novo enfoque do intercâmbio garante o máximo aproveitamento dos recursos humanos, aprimorados pelo contato internacional. É possível que esse intercâmbio se torne mais estável, uma vez que é articu-



Paulo Renato: "Queremos debater temas que consideramos prioritários, como avaliação e novas tecnologias"

lado institucionalmente.

O "novo estilo" da cooperação tomou impulso há três anos com Portugal. Hoje, a França é o país com o qual o Brasil mantém o maior número de convênios desse tipo — cerca de 110 projetos —, seguida de Inglaterra e Alemanha. A esses parceiros tradicionais, uniram-se recentemente os EUA. "Já iniciamos contatos também com o Japão, mas como lá tudo funciona diferente, ainda levaremos tempo para firmarmos", conta Baeta Neves.

Já a experiência das bolsas-sanduíche na graduação se tem revelado importante para enriquecer a discussão sobre mudança curricular e estimular as universidades a tornarem mais flexíveis suas normas internas. Restri-

tas no momento aos cursos de engenharia e agronomia, essas bolsas têm por objetivo levar os alunos a se familiarizar mais rapidamente com novas tecnologias usadas nessas áreas e ampliar o contato das instituições brasileiras com a realidade do ensino superior no exterior.

"Induzimos as instituições a discutirem seus currículos à luz do que ocorre nesses países, a partir da experiência que esses alunos trazem",

explica Baeta Neves. "Queremos aproximar nosso processo de formação ao que há de mais moderno no mundo, por isso enviamos nossos alunos para as melhores instituições." O programa mantém atualmente quase 100 estudantes da França, outra centena na Alemanha e quase 30 nos Estados Unidos.

De quebra, as universidades que participam do programa estão sendo obrigadas a reformular regras internas para reconhecer esses créditos

curados no exterior. "Isso é uma modernização importantíssima, pois é um absurdo o nível de dificuldade que nossas universidades impõem para reconhecer créditos curados mesmo nas instituições mais

prestigiadas do Brasil", critica Baeta Neves. A intenção do MEC, segundo ele, é normalizar o hábito do aluno poder fazer uma parte da graduação no exterior. "Os currículos devem ser flexíveis o bastante para permitir que isso ocorra, senão não conseguiremos acompanhar o ritmo das mudanças tecnológicas", argumenta Baeta Neves.

As áreas em que a cooperação internacional já produziu frutos mais evidentes, porém, foram na avalia-

ção e na produção de indicadores educacionais. Nesses dois aspectos, o Brasil deu saltos qualitativos graças ao intercâmbio de experiências e à participação em esforços conjuntos com outros países, tanto no âmbito da cooperação bilateral como nos do Mercosul e da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Graças a essas iniciativas, o Brasil dispõe hoje de dados detalhados sobre a situação da educação, desde o ensino básico até a pós-graduação, atualizados até 1998. Em 1995, os indicadores educacionais mais atualizados referiam-se a 1989. Além disso, em termos de avaliação da eficácia da rede de ensino em todos os níveis, o País já criou e está aperfeiçoando exames e outros instrumentos com critérios compatíveis com o que existe de mais moderno no mundo.

"Essas iniciativas estão permitindo diagnósticos mais claros dos problemas do ensino no País, assim como estudos comparativos da situação educacional brasileira em relação à de outros países", destaca Paulino Motter, chefe de gabinete do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) do MEC. "Isso representa uma mudança de mentalidade, porque o Brasil não procura mais esconder suas deficiências, mas conhecê-las e enfrentá-las."

PROJETOS
VINCULAM
GRUPOS
A TEMAS